

Memória e Espaço: A inserção dos presos políticos nos presídios do Estado do Rio de Janeiro.

Bárbara Nunes Alves Loureiro*

Bianca Izumi Maeda*

Fabio Villani Simini*

Resumo

Em abril de 1964, a deposição do então presidente João Goulart, e a instauração dos militares no poder marcam o início de um dos períodos mais violentos e conturbados na história brasileira. Para se consolidarem no poder, estabeleceram um aparelho repressivo estatal que perseguisse politicamente os opositores do novo regime e reprimisse os direitos civis e a liberdade individual de cidadãos tidos como ameaças para a ordem nacional. Este estudo tem por objetivo analisar a experiência dos ex-prisioneiros políticos do regime militar brasileiro nos cárceres da Ilha Grande, Milton Dias Moreira e na Fortaleza de Santa Cruz, reconstruindo e caracterizando as especificidades nas relações do indivíduo com o espaço prisional e identificando o processo e a dinâmica de construção de uma memória coletiva.

Palavras-Chave: ditadura militar, memória coletiva, presos políticos.

Abstract

In April 1964, a successful *coup d'état* held against president João Goulart by the Brazilian army thrust the country into a military dictatorship marking the beginning of a violent and troubled period in Brazilian history. To stay in power, they established a repressive state apparatus which politically pursued the opponents of the new regime and repressed the civil rights and the individual freedom of the citizens who were considered a threat to the national order. The objective of this study is to analyze the ex-political prisoners' experience who were confined in "Instituto Penal Cândido Mendes" (Ilha Grande), "Fortaleza de Santa Cruz" (Niterói) and "Penitenciária Milton Dias Moreira", reconstructing and characterizing the specificity in the

* Graduanda em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bolsista de Iniciação Científica IC/UNIRIO

* Graduanda em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) Bolsista de Iniciação Científica IC/UNIRIO

* Graduando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) Bolsista de Iniciação Científica IC/UNIRIO

individual's relations with the prison space and identifying a collective memory's construction process and dynamics.

Keywords: military dictatorship, collective memory, political prisoner

O golpe civil militar de 1964 foi consequência de uma série de fatores políticos e econômicos ocorridos principalmente no período da década de 1950 e 1960. Nesse momento o Brasil tem um desenvolvimento econômico acelerado graças a entrada de capital internacional. Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005), no seu livro *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, esse desenvolvimento pautava-se numa aliança formada entre o capital internacional, o capital nacional e o capital do Estado.

A entrada maciça do capital internacional gerava, portanto, uma situação de dependência do desenvolvimento capitalista local e a expansão de um sistema capitalista mundial. No entanto, o governo de João Goulart restringe a entrada desse capital multinacional e concede subsídios ao capital privado nacional não vinculado ao capital estrangeiro. (ALVES, 2005) Também é no governo de Jango que a participação popular na política cresce. Há um intenso movimento de sindicalização e um desejo crescente da classe trabalhadora por reformas de base. (Reis Filho, 2004)

As classes associadas ao capital externo, juntamente com a Igreja Católica, a classe média e os militares de alta patente eram contrários ao aspecto reformista do governo de Jango. Esses setores da sociedade desempenharam um papel fundamental para o desenvolvimento de uma forma mais autoritária de governo, fato que culminou com a deposição de João Goulart e com o golpe de 1964. (REIS FILHO, 2004)

A partir daí, leis que buscavam legitimar o governo autoritário foram criadas, como o Ato Institucional número cinco e o Decreto-Lei n.898 de 1969, que modificava alguns artigos da Lei de Segurança Nacional. Este Decreto-lei enquadrava todos criminosos praticantes de roubo, assalto, ou arrombamento de estabelecimento bancário, numa mesma classificação, seja ou não por motivação política. (SÁ, 1996) Assim, é prática comum nesse período a permanência de presos comuns e de prisioneiros políticos em um mesmo presídio, esta categoria de presos ficou conhecida como os LSN (Lei de Segurança Nacional).

Dentre as instituições prisionais que receberam esses prisioneiros no Rio de Janeiro, podemos citar a Fortaleza de Santa Cruz, o Instituto Penal Cândido Mendes e a Penitenciária Milton Dias Moreira, objetos de nossa pesquisa.

No que diz respeito à memória coletiva, esta deve ser compreendida como um fenômeno coletivo e social, individualmente seria formada na interação social, ou seja, no convívio entre indivíduos e suas tradições. Portanto, ela é resultado de uma operação coletiva e, sobretudo seletiva dos acontecimentos e das perspectivas do passado, sendo impossível pensar em alguma memória coletiva que não tenha se desenvolvido em um quadro espacial. (HALBWACHS, 1990) Usaremos o conceito de Pierre Nora, “*lugares de memória*”, onde o local é concebido como um espaço material, simbólico e funcional, no qual se engendra uma parte da memória nacional. Grosso modo, há uma tentativa de utilizar a memória como definição dos sentimentos de pertencimento e identidade de um determinado grupo, seja ele macro ou micro. (POLLACK, 1989). Portanto, baseando-se no conceito de memória coletiva adotado por Maurice Halbwachs, podemos afirmar que memória construída nas prisões é um exemplo de formação de memória coletiva. Quando um grupo está inserido num espaço como o prisional sua memória liga-se ao contexto das experiências vividas naquele lugar, formando-se os grupos que são ligados por essa memória comum. (HALBWACHS; 1990). A História Oral é utilizada aqui como metodologia, auxiliando na preparação de entrevistas e análises das narrativas de ex-presos políticos. Basicamente, esta metodologia baseia-se na obtenção de informações por meio de entrevistas com pessoas que vivenciaram algum período ou fato ocorrido. Assim, torna-se possível reconstituir a rotina, condições de vida, relações de poder e o espaço físico nos presídios fluminenses.

A Fortaleza de Santa Cruz localiza-se na cidade de Niterói, o início da sua construção data do século 16 e, ao longo da História do Brasil, foi um importante ponto estratégico para a defesa do território brasileiro, sendo utilizado eventualmente como prisão. Em 1967, institucionaliza-se o Presídio do Exército, sendo enviados para lá tanto militares presos por crimes comuns, assim como aqueles envolvidos com a luta política, incluindo, nesse último, civis. A partir das entrevistas pode-se constatar que o cotidiano era de um presídio comum, contudo, os militares preocupavam-se em organizar os preços de acordo com seu nível hierárquico ou/e sua escolaridade.

O Instituto Penal Cândido Mendes foi inaugurado em 1963 e pertencia a esfera estadual. A partir de 1968, o local recebe os primeiros prisioneiros enquadrados na Lei de Segurança Nacional que ali permaneceram até 1975, ano em que foram transferidos para o presídio Talavera Bruce. Com as narrativas dos ex-presos políticos, verificou-se a evolução no espaço prisional, a instituição de um conjunto de normas visando uma diferenciação da “bandidagem” e a garantia de suas integridades físicas e a relação de poder e contra-poder com os diretores do presídio.

A penitenciária Milton Dias Moreira foi construída na segunda metade do século XIX, mais precisamente no ano de 1856, sendo denominada Casa de Detenção da Corte. Esta foi instalada nas dependências da antiga Casa de Correção da Corte, hoje penitenciária Lemos Brito.

A penitenciária Milton Dias Moreira passa a receber presos políticos com o golpe militar de 1964. No entanto, a partir do ano de 1975, passa por uma reforma, onde é construído o primeiro presídio político do Brasil, abrigando somente presos políticos sem a convivência com presos comuns. A construção desse presídio foi feita em forma de anexo à Penitenciária Milton Dias Moreira e foi realizada devido à intensas manifestações dos presos políticos, dentre elas, uma greve de fome com grande participação dessa categoria.

Assim, a partir das entrevistas pode-se analisar o espaço prisional e as memórias formadas nesses “lugares de memória”, possibilitando uma diferente perspectiva da Ditadura Militar. Através das narrativas dos ex-presos políticos, as pesquisas constataram a formação de uma identidade e uma memória coletiva. Ademais, destaca-se o fato de que, no caso da Ditadura brasileira, desenvolveu-se um embate entre as memórias oficiais e as subterrâneas, ocorrendo um enquadramento da memória, pois nem tudo foi divulgado, enquanto outras lutam para se revelar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Edusc, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.): *Usos & abusos da História Oral*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

SÁ, Geraldo Ribeiro de. *A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade*, Juiz de Fora: Editora UFJF. Diadorim, 1996.